

INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Amanda Martins da Conceição¹
Orientadora: Eliziane da Silva D’avila²
Supervisora: Silvia Sagrilo³

RESUMO

A inclusão escolar é um dos temas fundamentais do sistema educacional contemporâneo, promovendo a diversidade e garantindo que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade. No contexto do Ensino Fundamental, a inclusão de alunos com necessidades específicas, seja por deficiências físicas, intelectuais ou sensoriais, representa um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para transformar a maneira como se ensina e se aprende nas escolas brasileiras. Nesse sentido, o presente artigo, visa refletir sobre a importância deste tema no âmbito do estágio de regência.

Palavras-chave: inclusão, alunos, educação, necessidades específicas, desafios.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades específicas no Ensino Fundamental exige uma metodologia de ensino adaptada e uma proposta de intervenção que contemple as características individuais de cada aluno. O objetivo é garantir um ambiente escolar equitativo e acessível, promovendo a aprendizagem e a participação plena de todos os estudantes, independentemente de suas limitações.

A inclusão escolar pode ser definida como o processo de adaptação do sistema educacional para atender de maneira equitativa alunos com necessidades específicas. A ideia é oferecer um ambiente que permita a participação plena desses estudantes, promovendo sua aprendizagem e desenvolvimento social. A inclusão não é apenas a adaptação do currículo, mas também das práticas pedagógicas, do ambiente físico da escola e da formação dos profissionais da educação.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFFAR- SVS, amanda.2022020240@aluno.iffar.edu.br

²

³



No Brasil, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e, mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), sancionada em 2015, garantem os direitos à educação inclusiva. Tais legislações estabelecem que os alunos com deficiências devem ser matriculados em escolas regulares e que essas instituições devem oferecer o suporte necessário para garantir a plena participação desses alunos.

Por meio disso, tivemos uma disciplina chamada de diversidade e educação inclusiva, onde fez com que eu prestasse mais atenção nos meus alunos, principalmente nos recursos usados em sala de aula e como são tratados os alunos com deficiências. Meu primeiro impacto foi quando comecei o estágio, foi saber que tinha um aluno diagnosticado com deficiência intelectual, pois tinha noção somente da parte teórica, mas me desafiei, pois o estágio também pode ser um espaço para nos descobrirmos enquanto docentes.

Logo ao iniciar as aulas, tive uma grande decepção, pois a professora regente utilizava um livro da 3ª série para esse aluno, e quando questionada, explicou que esse aluno frequentava poucos dias de aulas e não valia a pena fazer um planejamento para ele, pois ele não demonstrava interesse.

O referido aluno, nas primeiras três aulas possuía uma monitora, que realiza as atividades para o aluno, justificando que ele não tem condições. A partir dessa situação, tive certeza que meu tema do artigo seria esse. Alguns questionamentos, como: por que não incluir esse aluno nas aulas, ou seja, fiz todas as aulas adaptadas para ele e não segui livro nenhum de 3ª série? porque infantilizar meu aluno com 15 anos, ele vendo que era tratado diferente dos demais?

Mesmo com pouco tempo que tive, acreditei no potencial dele, apesar de não frequentar todas as aulas, fiz com que ele se sentisse bem nas minhas aulas, fiz ele se sentir importante. Sei também que não pude fazer tantas coisas que queria pois o tempo era pouco, pois era apenas 40 min de aula, 3 vezes por semana, sei que deixei muito a desejar, mas o que pude fazer por eles eu fiz.

No Ensino Fundamental, os alunos com necessidades específicas são aqueles que possuem algum tipo de deficiência, no caso da turma que realizei estágio, o aluno possui



deficiência intelectual, onde refere-se a alunos com dificuldades de aprendizado, que podem ter ritmos diferentes de aquisição de conteúdos acadêmicos. Essas crianças podem precisar de recursos pedagógicos diferenciados, como materiais didáticos adaptados ou acompanhamento mais próximo do professor, para garantir seu desenvolvimento.

Embora a inclusão seja um direito garantido por lei, sua implementação plena no Ensino Fundamental enfrenta uma série de desafios como, formação de professores, infraestrutura escolar, apoio psicopedagógico, preconceito, dentre outros.

Para superar esses desafios, é importante adotar uma abordagem holística e integrada, que envolva diferentes estratégias como, adaptação curricular, tecnologias assistivas, educação socioemocional, parcerias com as famílias e comunidade.

A inclusão de alunos com necessidades específicas no Ensino Fundamental não é apenas uma questão de adaptação física ou pedagógica, mas uma verdadeira mudança de paradigma na forma de enxergar a educação. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário o comprometimento de toda a comunidade escolar, desde a formação dos professores até o apoio dos gestores, pais e alunos. Investir em políticas públicas que garantam infraestrutura adequada, capacitação docente e suporte psicopedagógico é fundamental para garantir uma educação de qualidade e inclusiva, que respeite a diversidade e promova a cidadania de todos os estudantes.

METODOLOGIA

A metodologia para a proposta de intervenção foi baseada na coleta de dados junto aos professores da escola, com o objetivo de compreender a percepção e as práticas pedagógicas em relação à inclusão de alunos com necessidades específicas no Ensino Fundamental. A intervenção utilizou uma ferramenta digital – o **Google Forms** – para elaborar um formulário de pesquisa que fosse acessível, simples e eficaz para os professores responderem.

A estagiária elaborou um formulário no **Google Forms**, que continha perguntas fechadas e abertas relacionadas à inclusão escolar de alunos com necessidades específicas.



As questões abordaram tópicos como:

- Conhecimento dos professores sobre a inclusão de alunos com deficiência.
- Práticas pedagógicas adotadas para promover a inclusão.
- Barreiras encontradas na implementação da inclusão no cotidiano escolar.
- Necessidade de formação ou recursos adicionais para lidar com alunos com necessidades específicas.

O objetivo era coletar informações que pudessem fornecer uma visão clara sobre como os professores percebem a inclusão e como aplicam as estratégias de ensino para atender a essa demanda.

O formulário foi disponibilizado para **10 professores** que estavam em contato direto com o processo de ensino no Ensino Fundamental, abrangendo diferentes disciplinas. Embora 10 professores tivessem sido convidados, **6 responderam ao formulário**, o que resultou em uma taxa de resposta de 60%.

A coleta de dados ocorreu de forma **online**, o que facilitou o acesso ao formulário e garantiu a participação dos professores, permitindo que as respostas fossem registradas de forma prática e organizada. Além disso, o Google Forms oferece a vantagem de gerar **gráficos automáticos** com base nas respostas, o que facilita a análise quantitativa dos dados.

Com as respostas dos 6 professores, os dados foram analisados com o auxílio dos gráficos gerados automaticamente pelo Google Forms. A análise procurou identificar:

- Quais são as principais práticas pedagógicas que os professores utilizam para atender alunos com necessidades específicas.
- Quais são as dificuldades mais comuns enfrentadas pelos professores.
- O nível de conhecimento e de preparo dos professores sobre o tema da inclusão escolar.

Os gráficos gerados automaticamente no Google Forms facilitaram a visualização das respostas, especialmente para questões quantitativas, como as opções de múltipla escolha. Essa análise permitiu obter uma visão geral sobre as percepções dos professores e identificar áreas que precisavam de intervenção ou apoio adicional.



REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão de alunos com necessidades específicas no Ensino Fundamental é um tema que abrange várias áreas do conhecimento, como a educação, a psicologia, a pedagogia, a sociologia e as ciências sociais. Para fundamentar a prática pedagógica inclusiva e compreender os desafios e possibilidades desse processo, é essencial recorrer a diferentes teorias e abordagens que envolvem a educação inclusiva, as políticas públicas e as práticas pedagógicas.

A Educação Inclusiva surge como uma resposta à educação, que frequentemente marginaliza alunos com deficiências ou dificuldades de aprendizagem. A proposta inclusiva busca garantir o direito à educação para todos os alunos, sem exceção, respeitando suas características e potencialidades.

A Declaração de Salamanca (1994) é um marco internacional na educação inclusiva. Criada pela UNESCO, essa declaração afirma que "as escolas devem ser lugares onde todas as crianças possam aprender juntas, independentemente de suas dificuldades ou habilidades". A Declaração defende a ideia de que os sistemas educacionais devem estar preparados para receber e integrar todos os estudantes, proporcionando a eles um currículo flexível e adaptado às suas necessidades.

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Lei nº 13.146/2015) reforça os direitos das pessoas com deficiência, destacando a obrigação das escolas em oferecer educação inclusiva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/1996) também assegura que alunos com necessidades educacionais especiais sejam atendidos nas escolas regulares.

Diversas teorias de aprendizagem podem ser aplicadas para orientar práticas pedagógicas inclusivas, buscando um ensino que respeite a diversidade e as necessidades específicas dos alunos. A seguir, apresentamos algumas dessas teorias.

Lev Vygotsky, com sua teoria sociocultural, enfatiza a importância das interações sociais e culturais no processo de aprendizagem. Para Vygotsky (1978) o desenvolvimento ocorre por meio da mediação de adultos e colegas mais experientes. No contexto da inclusão, essa teoria sugere que os alunos com necessidades específicas podem ser apoiados por



professores e colegas para superar suas dificuldades, utilizando a zona de desenvolvimento proximal (ZDP), que refere-se ao espaço de aprendizagem onde o aluno, com o apoio adequado, pode realizar tarefas que não conseguiria sozinho.

A ZDP, quando aplicada na inclusão, significa que o professor pode propor atividades desafiadoras que considerem as capacidades do aluno, oferecendo o suporte necessário para que ele se desenvolva dentro do seu potencial.

Ausubel (1968) propôs a “Teoria da Aprendizagem Significativa”, que destaca a importância de relacionar o novo conhecimento com o que o aluno já sabe. No contexto da inclusão, essa teoria é relevante, pois sugere que os conteúdos e as metodologias de ensino devem ser adaptados ao nível de conhecimento prévio do aluno, especialmente quando ele possui alguma deficiência ou necessidade educacional específica. Para a inclusão, isso significa que o professor deve ser capaz de identificar as competências e conhecimentos prévios dos alunos e ajustar o ensino para que a aprendizagem seja efetiva.

Já Gardner (1983) propôs a “Teoria das Inteligências Múltiplas”, que argumenta que existem diferentes formas de inteligência (linguística, lógico-matemática, espacial, musical, corporal-cinestésica, interpessoal, intrapessoal, naturalista, entre outras). A ideia central dessa teoria é que cada indivíduo possui um perfil único de habilidades, e a educação deve levar isso em consideração. Na inclusão escolar, essa teoria pode ser aplicada ao oferecer diferentes formas de acesso ao conhecimento, reconhecendo que cada aluno tem uma forma distinta de aprender.

Além disso, o trabalho de Vygotsky (1978) e de Jean Piaget (1952), ao enfatizarem o papel da interação social no desenvolvimento, é fundamental para compreender como os alunos com necessidades específicas podem desenvolver suas competências cognitivas, emocionais e sociais em um ambiente inclusivo. Isso implica a criação de espaços para a expressão emocional, a construção da identidade e a promoção do autoconceito positivo.

A inclusão de alunos com necessidades específicas no Ensino Fundamental é um processo que exige um comprometimento coletivo, baseado em teorias pedagógicas e psicológicas que defendem o respeito à diversidade, a adaptação dos métodos de ensino e a



promoção de um ambiente escolar acolhedor e acessível a todos. O referencial teórico que sustenta essa prática envolve não apenas a adaptação do currículo, mas também a reconfiguração do ambiente escolar e a formação contínua dos profissionais da educação. Superar os desafios da inclusão é essencial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas características, possam exercer seu direito à educação de qualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos dados, uma conversa por meio de um grupo de whatsapp com os professores foi planejada para discutir os resultados. Durante essa reunião, foram levantadas questões sobre as práticas que poderiam ser aprimoradas, como a necessidade de mais recursos pedagógicos, apoio psicológico, ou formação contínua sobre inclusão. O feedback dos professores foi essencial para ajustar a proposta de intervenção e garantir que as necessidades identificadas fossem atendidas de forma eficaz.

A proposta de intervenção sobre a inclusão de alunos com necessidades específicas no Ensino Fundamental, através de um formulário aplicado a 10 professores da escola, permitiu a coleta de dados valiosos para compreender as práticas pedagógicas e desafios enfrentados pelos educadores. por meio dessa intervenção, foi possível identificar tanto as estratégias que já estão sendo utilizadas quanto às lacunas e dificuldades que os professores encontram para promover uma educação inclusiva eficaz.

Os principais resultados indicaram que, embora os professores estejam cientes da importância da inclusão, a falta de recursos pedagógicos adequados, a necessidade de mais formação específica e a carência de estratégias diversificadas são desafios persistentes na implementação plena da inclusão escolar. Além disso, a colaboração entre profissionais da educação e a utilização de tecnologias assistivas ainda são áreas a serem mais exploradas, o que reforça a importância de um apoio contínuo e multidisciplinar. A análise dos dados também destacou a necessidade de adaptação das práticas pedagógicas de acordo com as características individuais dos alunos, o que está alinhado com teorias educacionais como a de Vygotsky (sobre a zona de desenvolvimento proximal) e a Teoria das Inteligências Múltiplas de Gardner, que enfatizam a personalização do ensino para atender às diferentes formas de aprender dos alunos.



Portanto, para avançar na inclusão escolar, é crucial que a escola invista em formação contínua para os professores, aprimore a infraestrutura e os recursos pedagógicos, fortaleça a colaboração interdisciplinar.

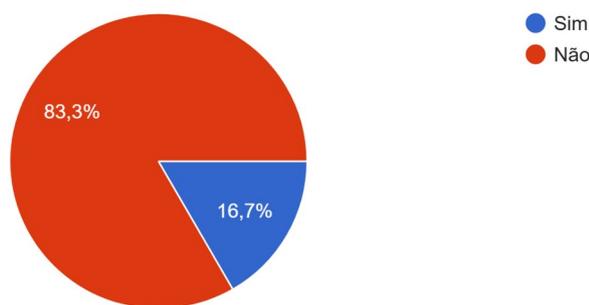
A participação ativa dos professores no processo de autoavaliação e reflexão sobre suas práticas pedagógicas também se mostrou um passo importante para identificar pontos de melhoria. Além disso, a utilização de ferramentas como o Google Forms se mostrou uma estratégia eficaz de coleta de dados, permitindo uma análise rápida e acessível das informações, o que pode ser um modelo a ser replicado em futuras intervenções.

Por fim, é fundamental que a escola continue a promover um ambiente acolhedor e colaborativo, onde os alunos com necessidades específicas possam se sentir valorizados e capazes de alcançar seu potencial. A inclusão é um processo contínuo e dinâmico, que exige a participação de toda a comunidade escolar e a adaptação constante das práticas pedagógicas, visando sempre garantir a equidade no acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento social e emocional de todos os estudantes.

Abaixo segue dois modelos de gráficos que foram elaborados pela estagiária.

Gráfico 01:

Voce acha que a escola promove um ambiente inclusivo para todos os alunos?
6 respostas



Com base nos resultados do gráfico, em que 83,3% dos respondentes afirmam que a escola não promove um ambiente inclusivo para todos os alunos, enquanto 16,7% acreditam

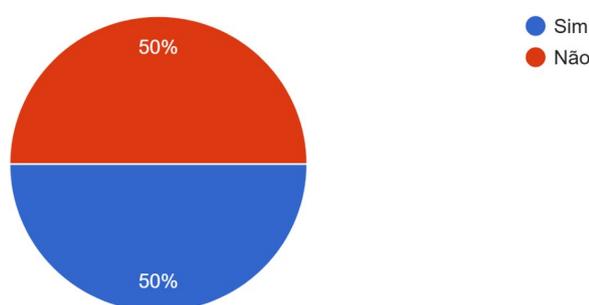


que sim, parece haver uma percepção bastante negativa sobre a inclusão na escola. Esse dado sugere que a maioria dos participantes do estudo sente que a escola não está conseguindo criar um ambiente em que todos se sintam acolhidos e respeitados, independentemente de suas diferenças, como raça, classe social, gênero, habilidades ou necessidades educacionais.

Gráfico 02:

Voce ja presenciou ou foi vítima de alguma forma de exclusão na escola?

6 respostas



Os resultados dessa pergunta, com 50% dos respondentes afirmando que já presenciaram ou foram vítimas de alguma forma de exclusão na escola, e 50% dizendo que não, indicam uma divisão equilibrada, mas ainda assim significativa, de experiências relacionadas à exclusão. Isso sugere que a exclusão, seja por meio de bullying, discriminação ou outras formas de marginalização, é uma realidade para metade dos alunos, e até mesmo os professores, enquanto a outra metade não vivenciou ou testemunhou esse tipo de situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises dos gráficos apresentados, podemos concluir que a situação em relação à inclusão e acessibilidade nas escolas, conforme a percepção dos respondentes, ainda apresenta desafios significativos. As respostas indicam uma discrepância entre as expectativas



e as realidades encontradas no ambiente escolar, refletindo a necessidade urgente de ações concretas para garantir a igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de suas diferenças.

Os dados apontam para um cenário onde a inclusão escolar ainda está longe de ser uma realidade plena. Há uma necessidade urgente de transformar as práticas educacionais e a infraestrutura escolar para garantir que todos os alunos, especialmente os com deficiências, tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e integração. Para isso, é preciso um esforço coletivo, que envolve desde a adaptação física do ambiente escolar até a formação de docentes e a implementação de políticas públicas inclusivas. Somente assim será possível garantir uma educação de qualidade, acessível e realmente inclusiva para todos.

REFERÊNCIAS

Sasaki, R. K. (1997). **Inclusão: Construindo a Educação para Todos**. São Paulo: Editora Cortez.

Silva, J. M. L. (2012). **Educação Inclusiva: Dúvidas e Desafios**. São Paulo: Editora Vozes.

Gomez, R. (2010). **Educação Especial e Inclusiva: Fundamentos e Práticas**. Porto Alegre: Artmed Editora.

Bossa, N. L. (2010). “**Educação Inclusiva no Brasil: Avanços e Desafios**”. Revista Brasileira de Educação Especial, 16(1), 99-112.

Soares, S. S. (2015). “**A Inclusão Escolar: Práticas e Desafios no Ensino Fundamental**”. Revista Brasileira de Educação, 20(63), 95-113.

Freitas, L. R. (2018). “**A Inclusão de Alunos com Necessidades Específicas: Avanços e Dificuldades no Ensino Fundamental**”. Cadernos de Pesquisa em Educação, 27(1), 44-58.

Brasil. (2015). **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. (Lei nº 13.146/2015).

Brasil. (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** – Lei nº 9.394/1996.





Brasil. (2008). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial (SEESP) – Ministério da Educação (MEC). Link: www.mec.gov.br/seesp

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Link: www.inep.gov.br

